



CONFERÊNCIA LIVRE ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA RJ CONSTRUÍDA COLETIVAMENTE PELA SOCIEDADE



CARTA ABERTA DA CLEMAARJ – 2022

1. Congregando mais de 150 Entidades (Associações, Fóruns, Comitês, Instituições, Conselhos Profissionais, Movimentos, Sindicatos, ONGs) e lideranças sociais e ambientais, a Conferência Livre Estadual de Meio Ambiente e Agricultura, CLEMAARJ, torna pública para a sociedade, a sua posição, firme, em defesa de todas as formas de vida, e de apoio as políticas públicas e ambientais que reduzam a desigualdade em todos os níveis, no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil;
2. As Entidades, que subscrevem e constroem coletivamente a CLEMAARJ, mobilizam a sociedade, debatem a governança e a fragilidade da gestão ambiental pública, e se contrapõem aos ataques à legislação vigente, ambiental, social e trabalhista, e aos ataques às Instituições e Entidades ambientais, para fortalecer os espaços de discussão da política socioambiental;
3. Desde 1992, o Rio de Janeiro é um dos principais palcos de apontamentos que estabeleceram e estabelecem as vias para uma sociedade sustentável. Diante destas diversas oitivas, aprofundou o debate das questões ambientais, que são transversais, tendo como norte o Artigo 225 da Constituição Federal, que estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;
4. A CLEMAARJ repudia o governo brasileiro pelo fechamento dos Departamentos de Educação Ambiental nos Ministérios da Educação/MEC e do Meio Ambiente/MMA e pelo abandono dos compromissos assumidos no Acordo de Paris, na Convenção de Minamata, da Agenda Brasileira de Mudanças Climáticas, dos Biomas, em especial da Amazônia e do Cerrado brasileiro;
5. Repudia Governo do Estado do Rio de Janeiro por não reunir o Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental (GIEA), nos últimos 4 anos, e não implementar a Política Estadual de Mudanças Climáticas.
6. A CLEMAARJ repudia os retrocessos na gestão socioambiental, as mortes de ativistas, o fechamento dos espaços de controle social, os ataques aos direitos humanos, direitos indígenas, dos negros, das mulheres e LGBTQIA+ e a criminalização dos movimentos sociais;
7. A CLEMAARJ ressalta que são direitos fundamentais da sociedade o direito à água, ao saneamento, à alimentação adequada e saudável, à moradia, à mobilidade, à Educação, à Saúde, à reforma agrária, à reforma urbana, à justiça ambiental, à gestão ambiental e à governança ambiental participativas, os direitos das juventudes, das mulheres, da população negra, dos quilombolas, dos povos originários e dos povos tradicionais;
8. Conclama a população a discutir uma segurança pública onde todos, todas e todes possam ocupar os territórios em todas as dimensões, para que o Rio de Janeiro não seja mais cenário de chacinas, como as que ocorreram no Jacarezinho, em 2021, e Vila Cruzeiro, em 2022;
9. A CLEMAARJ denuncia que as forças motrizes da destruição ambiental estão centradas em uma política neoliberal, que acentuam desigualdades sociais, balizadas nas ações das grandes corporações, dos interesses predatórios do agronegócio, das mineradoras e do sistema financeiro, que produzem o desastre socioambiental e acentuam a vulnerabilidade dos estados, através de privatizações de empresas que têm a água como base de sua produção (CEDAE e Eletrobras) entre outras, e intensifica o processo erosivo das políticas públicas e dos órgãos públicos;



CONFERÊNCIA LIVRE ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA RJ CONSTRUÍDA COLETIVAMENTE PELA SOCIEDADE



10. Alertamos que o produto desta destruição é a crise ecológica (ambiental), que avança para um colapso ecológico (ambiental). Não podemos deixar de apontar que o neoliberalismo é o verdadeiro causador das desigualdades, da injustiça ambiental, da destruição ambiental e social;
11. A COVID-19 chegou ao Brasil no momento de implantação da política econômica de estado mínimo, que acentuou as perdas de direitos trabalhistas, a flexibilização da legislação ambiental, o desmantelamento das instituições, o negacionismo científico, a intensificação dos processos de degradação ambiental, desmatamento, queimadas, contaminação das águas pela mineração e garimpos clandestinos, aumento na liberação e uso de agrotóxicos, grilagem de terras, matança do povo negro, violações dos direitos dos povos indígenas, violência e assassinatos na floresta, no campo e na cidade;
12. A CLEMAARJ considera que é fundamental o respeito aos acordos internacionais, assinados e ratificados em organismos internacionais, entre eles as Nações Unidas/ONU. Ressaltamos que estamos na Década do Oceano e no Ano Internacional da Pesca Artesanal. Deste modo, exigimos que tais acordos sejam cumpridos pelo Brasil, dignificando a posição histórica do país na defesa da agenda socioambiental internacional;
13. Condenamos empreendimentos que degradam as águas continentais e da orla marítima, as Baías de Guanabara, de Sepetiba e Ilha Grande, entre outras lagoas do RJ, transformando-as em pátios industriais, com graves impactos socioambientais, atingindo os povos das águas - pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, caçaras e outros - que possuem relação umbilical com os ecossistemas aquáticos e sofrem violações de direitos e crise de destino;
14. Destacamos que o Artigo 269 da Constituição do RJ dispõe que as Baías de Guanabara, Sepetiba e Ilha Grande são áreas de relevantes interesses ecológicos, cuja utilização dependerá de prévia autorização dos órgãos competentes, preservados seus atributos essenciais, impedindo a instalação de termelétricas;
15. Exigimos que o RJ e seus municípios respeitem a Lei Nacional de Resíduos Sólidos aprovando o plano de gestão integrada de resíduos que na sua concepção e no seu acompanhamento garantam a participação social
16. A mobilização e a articulação social permanentes são fundamentais para reconstruirmos o país. Portanto, é primordial: revogar a Lei Kandir, o congelamento do teto dos gastos (Emenda Constitucional 95), revogar a flexibilização do licenciamento ambiental, barrar a liberação indiscriminada do uso de agrotóxicos e o PACOTE DA DESTRUIÇÃO;
17. Essa mobilização permanente exige a ampliação da educação ambiental, cultural e política da nossa população com a renovação das nossas lideranças, comprometidas com as temáticas: biodiversidade; gênero, água e saneamento; étnico-racial; e de classe;
18. Vamos manter a sociedade em mobilização permanente, indo além dos períodos eleitorais, na medida em que nossa organização nos exigirá novas lutas, em outro patamar. A mobilização em um futuro próximo objetiva resgatar o que foi perdido, reconstruir o que foi destruído, eliminar os retrocessos configurados através de leis parciais, desiguais e injustas;
19. A CLEMAARJ volta suas atenções para as eleições gerais de 2022, exigindo que governantes e parlamentares assumam um claro compromisso e responsabilidade com a execução e fortalecimento de políticas públicas ambientais e agrícolas, com a defesa das instituições, sistemas nacionais de proteção social e do SUS, com a garantia da participação e do controle social, com a redução das desigualdades, defesa do estado de direito e da democracia participativa.

CLEMAARJ, Niterói, RJ, 25 de junho de 2022